

Políticas efetivas que estimulem o investimento são necessárias para ampliar produção.

Apesar de mudanças econômicas e políticas importantes para assegurar o desenvolvimento nacional nas últimas décadas, o País continua a apresentar crescimento aquém do seu potencial.

Nas últimas três décadas, o País passou por um longo processo de transição política e econômica. O fim do período militar e o advento do regime democrático formam acompanhados de reformas econômicas, que mesmo ainda em fase de consolidação, foram imprescindíveis para a configuração da atual realidade.

O País consolidou relações comerciais estáveis em nível global, favorecendo o crescimento econômico puxado pelo aumento das exportações. A inflação foi controlada. Em 2006, o Índice de Preços do Consumidor Amplo – IPCA, deverá fechar abaixo da meta de 4,5% estabelecida pelo Banco Central. A dívida externa do setor público não é mais uma variável de risco, girando em torno de 20,0% do Produto Interno Bruto brasileiro. O risco-país, em torno de 230 pontos, indica o caminho para o *investment grade* e o elevado nível de reservas contribui para reduzir a vulnerabilidade frente a possíveis crises internacionais.

No entanto, o crescimento econômico, quando medido em termos de PIB, ainda está aquém do necessário para permitir um ritmo de desenvolvimento sustentável. A taxa de crescimento brasileira é inferior à média mundial e está muito abaixo da expansão dos países emergentes. Nos últimos dez anos, o Brasil distanciou-se do conjunto de países que compõe o denominado BRIC: Brasil, Rússia, Índia e China.

No período entre 1996 e 2005, o País cresceu 24,4%, enquanto a Rússia apresentou expansão de 41,6%, a Índia, de 79,7% e a China, de 130,4%!

A ampliação dos gastos públicos e os elevados juros reais são fatores que explicam a baixa taxa de crescimento brasileira. O desequilíbrio das contas públicas requer a manutenção da carga tributária em patamares recordes. Em 2005, a participação dos impostos no PIB ficou em 37,37%.

A política de metas inflacionárias adotada pelo governo também explica parte do pífio crescimento econômico. A taxa de juros tornou-se a principal variável de ajuste, com vistas a conter a demanda e os níveis de preços. A valorização cambial também foi usada para o controle inflacionário, pois barateou os produtos importados.

Neste contexto, a atividade produtiva está sendo desestimulada, mesmo considerando a recuperação da renda, que teve reflexo do aumento real de 11,5% do salário mínimo, a expansão do emprego formal e do advento do crédito consignado.

A expansão da oferta de crédito ao consumidor tem sido fundamental para o desempenho de alguns segmentos industriais, dentre eles o de bens duráveis, com destaque para eletrodomésticos, eletrônicos, computadores e automóveis. Entretanto, no segmento de bens não-duráveis, os resultados estão abaixo do esperado. Uma das razões para tanto é que parte do aumento da renda está sendo transferida para o pagamento dos empréstimos consignados, cujo desconto é feito direto em folha. No cômputo geral, a indústria continuará a apresentar pequenas taxas de expansão.

Uma das formas de impulsionar o setor produtivo é a criação de mecanismos efetivos de estímulo ao investimento. Atualmente, a taxa de investimento brasileira está em torno de 20,0% do PIB, percentual considerado muito pequeno para garantir um ritmo de crescimento elevado. Uma reforma tributária que desonerasse a produção estaria em consonância com o objetivo.